

Senado teme perder função e está contra proposta de Ulysses

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A proposta de emenda constitucional do presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, para a criação de uma Comissão Representativa continua provocando reações contrárias no Senado, ainda que tenha obtido o apoio de mais de 160 deputados. A preocupação maior dos senadores é que a comissão sugerida pelo deputado paulista — que teria atribuições de um Legislativo ordinário e funcionaria paralelamente à Assembleia Nacional Constituinte — provoque até a extinção do Senado, cujas funções seriam, na maioria, transferidas para o novo órgão.

A receptividade à proposta de Ulysses continua sendo má, a ponto de seu único signatário, o líder peemedebista no Senado, ter retirado ontem sua assinatura, sem explicar o motivo. Outros dois senadores, paulistas como Ulysses, Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes, ficaram apenas na promessa de apoiar a proposta, que necessita da assinatura de 26 senadores para poder ser apresentada. O líder do PMDB revelou que só em agosto a bancada do partido no Senado conversará com Ulysses para encontrar uma solução que não seja prejudicial aos senadores.

Por outro lado, dos deputados favoráveis à apresentação da emenda pelo menos por parte da Câmara, os líderes do PDS e do PFL, Amaral Neto (RJ) e José Lourenço (MG), afirmaram que a implantação de um Legislativo ordinário — como a sugerida Comissão Representativa — deveria ser atribuição da Assembleia Nacional Constituinte, e não iniciativa de um só membro da Câmara.

Segundo esclareceu o líder peemedebista no Senado, o deputado Ulysses Guimarães não chegou a conversar sobre sua proposta com nenhum senador, preferindo que todos a conhecessem pela imprensa.

Ainda de acordo com o senador mineiro, não só a própria emenda, mas a atitude da Câmara dos Deputados de tentar impor ao Senado seus projetos contribui para dificultar a aceitação dos senadores à iniciativa de Ulysses.

Aprovada a Comissão Representativa, durante o funcionamento da Constituinte, sem prazo determinado, não haveria mesas diretoras da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional (as duas Casas reunidas), e o presidente da Constituinte seria o vice-presidente da República.

O Senado perderia para a Comissão Representativa várias funções, entre elas aprovar a escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal de Contas da União e a do governador do Distrito Federal; autorizar empréstimos, operações ou acordos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, e ainda suspender a execução, total ou parcialmente, de lei ou de decreto considerados inconstitucionais por decisão do Supremo Tribunal Federal.

Já o Congresso Nacional — a Câmara e o Senado reunidos — transferiria para a Comissão Representativa atribuições como legislar sobre tributos, arrecadação e distribuição de rendas; definir o orçamento anual e plurianual; decidir sobre a abertura de operação de crédito, sobre a dívida pública e até a fixação dos efetivos das Forças Armadas em tempo de paz.

Com a proposta da Comissão Representativa, que seria formada de 72 membros da Constituinte, Ulysses Guimarães quer evitar a inconveniência do funcionamento simultâneo de quatro câmaras, no mesmo prédio e utilizando os mesmos funcionários: Assembleia Nacional Constituinte, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Congresso Nacional.